

A Construção da Figura Materna em *As Alegrias da Maternidade*, de Buchi

Emecheta

The Construction of The Mother Figure in The *Alegrias da Maternidade*, by Buchi

Emecheta

Mariana Rodrigues dos Santos¹

Universidade Federal do Tocantins

Resumo: Esta pesquisa se propõe a analisar a construção da figura materna africana dentro da obra *As alegrias da maternidade* (2017), da nigeriana Buchi Emecheta, a fim de demonstrar - por meio da construção da personagem principal, Nnu Ego - como o ideal de maternidade era imposto às mulheres igbos nigerianas,. Pretende-se evidenciar também como e porque se deu o processo de desencantamento da personagem em relação a esse modelo de maternidade. Para tanto, esse trabalho se fundamenta principalmente em Elizabeth Badinter (1985), Remi Akujobi (2011) e Simone de Beauvoir (2016), que tratam sobre a maternidade e a condição da mulher, tanto no Ocidente, quanto na África e em Válder silvério (2013) e Homi Bhabha (1998), que tratam sobre colonialidade e aspectos culturais. Assim, esse trabalho assinala alguns aspectos da imposição da maternidade como um ideal e vista como um instinto da mulher, demonstrando como a escritora ironiza e questiona, através da personagem, a maternidade, uma vez que para vivê-lo ela é submetida a opressões, dificuldades e violências, que resultam em frustrações.

Palavras-chave: Maternidade; Mulher; Opressão; Colonialidade.

Abstract: This research aims to analyze how the African maternal figure is built within the work "The Joys of Motherhood" (2017), by the Nigerian Buchi Emecheta, in order to demonstrate how the ideal of motherhood was imposed on Nigerian igbo women, through the main character Nnu Ego. It is also intended to show how and why the character's disenchantment process took place in relation to this model of motherhood. To this end, this work is mainly based on Elizabeth Badinter (1985), Remi Akujobi (2011) and Simone de Beauvoir (2016), who deal with motherhood and the condition of women and Válder Silvério (2013) and Homi Bhabha (1998), which deal with coloniality and cultural aspects. Thus, this work points out some aspects of maternity imposed as an ideal and seen as a woman's instinct, demonstrating how the writer ironizes and questions, through the character, this model of maternity, since to experience it she is subjected to oppression, difficulties and violence, which result in frustrations.

Key-words: Maternity; Women; Oppression; Coloniality.

Submetido em 10 de março de 2022.

Aprovado em 20 de agosto de 2022.

Introdução

A escritora nigeriana Florence Onyebuchi (Buchi) Emecheta nasceu em 1944, em Lagos, Nigéria. Entretanto, seus pais sempre asseguraram e que ela e o irmão visitassem frequentemente a terra Igbo, Ibuza, a fim de terem vínculo com as culturas de seus

¹ Mestranda em Estudo literários pela Universidade Federal do Tocantins. E-mail: mariana_jq@hotmail.com.

antepassados. Foi através do contato com grandes contadoras de histórias igbos que Emecheta se encantou pelas narrativas de seu povo, tendo certeza de ser esse caminho a seguir. Imersa numa cultura onde a educação masculina era valorizada em detrimento à educação das meninas, ela necessitou insistir para ser matriculada em uma escola missionária para meninas ganhando, posteriormente, uma bolsa de estudos em Lagos.

O caminho até a escrita não foi fácil. Emecheta perdeu os pais cedo e se casou aos 16 anos. Casada, escreveu a primeira versão do romance “Preço de noiva”, queimado por seu marido, com quem vivia um casamento difícil e abusivo. Aos 22 anos pediu o divórcio e se viu sozinha, em Londres, tendo que criar seus cinco filhos, trabalhando e estudando à noite. Graduou-se em Sociologia em 1974, quando escrevia para uma coluna do *New Statesman*, um periódico inglês.

As produções publicadas no período inglês serviram como base para seu primeiro romance *Na vala* (1972), seguido pela publicação de *Cidadã de segunda classe* (1974) e posteriormente vieram *Preço de noiva* (1976) e *A pequena escrava* (1977). Em 1979, Buchi Emecheta publicou seu romance mais famoso e objeto dessa pesquisa, *The joys of motherhood* (*As alegrias da maternidade*). Dentre os temas abordados em suas obras estão os costumes de seu povo igbo, o contexto da Nigéria colonial, a opressão patriarcal sofrida pelas mulheres, os estereótipos impostos às mulheres e a maternidade.

A obra escolhida como objeto de estudo do presente artigo, *As alegrias da maternidade* (1979), narra a trajetória da jovem Nnu Ego em busca de uma maternidade idealizada, que ignora as realidades das mães, e imposta por sua cultura na Nigéria colonial. O romance expõe as diversas violências e opressões vividas pelas mulheres, abordando temáticas como a poligamia, o choque de culturas, o período colonial e as alegrias e dissabores da maternidade.

A narrativa perpassa vinte e cinco anos da vida de Nnu Ego, desde seu casamento até sua precoce morte. A protagonista do romance foi criada para atender todas as expectativas do que se espera de uma mulher tradicional igbo: exercer a maternidade. Não corresponder a estas expectativas trazia sofrimento e angústia para as mulheres, além de desprestígio social. Entregue pelo pai, Agbadi, um chefe importante de seu povo, à Amatokwu, Nnu Ego vive suas primeiras aflições ao não conseguir engravidar, sempre se culpabilizando pelo ocorrido. Enfrentando a rejeição do marido, Nnu Ego volta para o seio do pai, que lhe arranja um segundo marido, mas longe de Ibuza, lugar onde vivem.

Já em Lagos, capital da Nigéria na época, Nnu Ego tem que lidar com diversas situações novas, desde a rejeição ao segundo marido, Nnaife, até as mudanças culturais, resultantes da vivência em um espaço urbano e da colonização. Nnu Ego consegue engravidar, entretanto, seu filho morre pouco depois de nascer, levando a personagem à quase loucura e suicídio. Ao longo da narrativa, a personagem tem oito gestações, das quais sete filhos sobrevivem, mas ela percebe que eles não lhe trazem as alegrias prometidas nas narrativas que ouvia, tampouco os benefícios esperados.

De uma forma tocante, crítica e reflexiva, o romance nos mostra, através da protagonista a vida difícil que esta leva ao criar os filhos, tendo que trabalhar duro para sustentá-los, lhes dar uma educação, estando, quase sempre, na miséria. Depois de tê-los criado e dado o seu melhor, ela reflete sobre sua experiência da maternidade, uma vez que seus filhos a deixaram sozinha, contrariando a tradição igbo de cuidarem dos pais, resultado das mudanças culturais que ocorriam na Nigéria naquela época, transformando os valores tradicionais de seus povos. As reflexões finais de Nnu Ego demonstram desencanto e frustração em relação à maternidade.

Deste modo, esta pesquisa pretende analisar a construção da figura materna ao longo do romance, a partir da protagonista Nnu Ego, de quem a maternidade é esperada desde muito jovem, observando como a personagem é representada tanto pelo narrador quanto pelos demais personagens, bem como a evolução desta ao longo da narrativa. Nosso principal foco é o desenvolvimento da negatividade, desencanto e da frustração da personagem em relação à maternidade na obra analisada, bem como suas motivações. De igual modo, analisaremos os possíveis fatores causadores desses sentimentos na personagem, a fim de comprovar como eles interferem em sua visão da maternidade.

Para tanto, faremos uma pesquisa de cunho bibliográfico, através do viés da maternidade, utilizando como aporte teórico Elizabeth Badinter (1985), Simone de Beauvoir (2016), Rumi Akujobi (2011), Marie Umeh (1982), para refletirmos sobre a maternidade no Ocidente e na África e sobre a condição da mulher, e Válder Silvério (2013) e Homi Bhabha (1998), para discutir sobre colonialidade e aspectos culturais. Primeiramente, abordaremos alguns aspectos sobre a maternidade no Ocidente e na África, delimitando as diferenças entre elas e em seguida faremos a análise de como essa maternidade é construída dentro da obra, através das personagens mulheres e, principalmente de Nnu Ego.

A mãe: reflexões sobre a maternidade no Ocidente e na África

Em muitas culturas, a mulher e a maternidade são indissociáveis. Ideias romantizadas sobre a maternidade permeiam o imaginário e as narrativas sobre a construção do “ser mulher” e da feminilidade, atrelando – inexoravelmente – a condição feminina à procriação. Dentro das sociedades patriarcais, as mulheres são vistas como reprodutoras, atreladas à sua condição biológica, reduzidas ao seu sexo. Ela é “uma matriz, um ovário; é uma fêmea, e esta palavra basta para defini-la.” (BEAUVOIR, 2016, p. 31). Segundo a cultura nigeriana, somente pela maternidade a mulher atinge a sua plenitude e completude, cumprindo com seu papel social. Dessa forma, desde criança lhe é posta a ideia da maternidade como instinto e até mesmo como algo sagrado, como se essa condição fosse a melhor realização na vida de uma mulher.

O amor materno foi por tanto tempo concebido em termos de instinto que acreditamos facilmente que tal comportamento seja parte da natureza da mulher, seja qual for o tempo ou o meio que a cercam. Aos nossos olhos, toda mulher, ao se tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas à sua nova condição. (BADINTER, 1985, p. 19).

O modelo de maternidade romantizada e idealizada que temos hoje nem sempre existiu. Badinter (1985), em seu livro *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, procurou refutar esse mito de que a mulher nasceu para ser mãe, quando afirma que até em meados do século XVIII, as mulheres tinham pouco contato com seus filhos, deixando-os ao cuidado de amas de leite quando nasciam. Muitas vezes estes morriam, ou por doenças ou por negligência, sem que tivessem contato com a mãe. As crianças sobreviventes, iam para internatos estudar e lá ficavam por muito tempo.

Segundo a Badinter (1985) até o século XVIII, reinava a autoridade do pai, fundamentado por três teorias: a aristotélica, em que “a autoridade do homem é legítima porque repousa sobre a desigualdade natural que existe sobre os seres humanos”. (BADINTER, 1985, p. 31) e a mulher é inferior ao homem; o discurso teológico, justificado pelo livro de Gênesis, em que Deus criou primeiro o homem e depois a mulher, e pelo livro de Efésios, que diz “Mulheres, sejam submissas a seus maridos, como ao Senhor. [...] E assim como a Igreja está submissa a Cristo, assim também as mulheres sejam submissas em tudo aos maridos”. (BÍBLIA, p. 1437), e por fim, no absolutismo político, pois este fortalecia a autoridade paterna para fundamentar o direito do rei sobre seus súditos.

É importante ressaltar ainda que os casamentos eram desprovidos de amor, pois eram contratos, em que o noivo recebia um dote do pai da noiva. Sendo assim, os casamentos tinham por interesse manter a riqueza das famílias. Então,

[...] atentemos para a ausência do amor como valor familiar e social no período de nossa história que antecede a metade do século XVIII. Não se trata, porém, de negar a existência do amor antes de determinada época, o que seria absurdo. Mas é preciso admitir que esse sentimento não tinha a posição nem a importância que hoje lhe são conferidas”. (BADINTER, 1985, p. 49)

Dito isso, é também inegável que a maternidade no contexto ocidental não era cercada de sentimentos e afetos por vários motivos, como a autoridade do homem, pois ele era o centro e a criança ficava em segundo plano, sendo considerada, muitas vezes um estorvo; a alta mortalidade infantil era algo que impedia as mães de se apegarem aos filhos, e a própria sociedade que não dava importância à criança.

Somente após 1770, há uma mudança de comportamento em relação à criança e a maternidade, e isso se deu a partir de três discursos: o econômico, pois perceberam que a criança “especialmente em fins do século XVIII, adquire um valor mercantil”. (BADINTER, 1985, p. 152), haja vista terem enfrentado uma alta mortalidade de crianças por muito tempo, inutilizando-as; o discurso filosófico de igualdade e felicidade, que tirou a autoridade do pai sobre os filhos, repartindo-a com a mãe, e que colocou a vida familiar como forma de felicidade. Nesse contexto, para que as atitudes na vida familiar mudassem, era preciso que fossem fundadas no amor.

A mulher ganha, a partir de então, um espaço privilegiado na sociedade, pois dela depende “todo o êxito da operação” (BADINTER, 1985, p. 180), ela é a responsável por povoar a nação, sendo assim, há uma mudança de comportamento das mulheres. Elas não mais deixam seus filhos sob os cuidados de outros, passam a amamentar (tarefa que antes era delegada às amas), passam a lhe dedicar todo o seu tempo e cuidado. Assim, é imposto “[...] à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo e engendram o mito que continuará vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho”. (BADINTER, 1985, p. 144).

Posto isso, a mulher assume prontamente esse papel, até porque ele significava uma posição social melhor, um novo lugar na sociedade. Ela renuncia a tudo, fica cada dia mais no espaço do lar, é encarregada da educação dos filhos e aceita todos os sacrifícios para ser a “boa mãe”. Se antes a mulher era associada à Eva, a mulher pecadora, má, agora ela é associada à Virgem Maria.

A maternidade torna-se um papel gratificante pois está agora impregnada de ideal. O modo como se fala dessa “nobre função”, com um vocabulário tomado à religião (evoca-se frequentemente a “vocação” ou o “sacrifício” materno) indica que um novo aspecto místico é associado ao papel materno. A mãe agora é usualmente comparada a uma santa e se criará o hábito de pensar que toda boa mãe é uma “santa mulher”. A padroeira natural dessa nova mãe é a Virgem Maria, cuja vida inteira testemunha seu devotamento ao filho.” (BADINTER, 1985, p. 222).

A partir do momento que a mulher assume esse papel de mãe, ela permanece cada vez mais no campo do privado, da casa, assumindo cada vez mais responsabilidades, colocando-se como a mãe que se sacrifica pelos filhos. Sendo assim, escapar dessa função trazia o sentimento de culpa e inadequação, pois contrariava a natureza da mulher. Após a década de 60, a partir de alguns discursos feministas, as mulheres começaram a questionar a teoria da mãe devotada e nascida para o sacrifício.

Ao contrário do que ocorreu no Ocidente, na África a maternidade ocupa o campo do sagrado, influenciada por mitologias e tradições locais desde sempre. Segundo Akujobi (2011, p. 3), a maternidade é doada por Deus e por isso é sagrada, sendo a principal função da mulher. Ela está centrada também na figura da virgem, como afirma Akujobi (2011):

A maioria das teorias postuladas seja por homens ou mulheres define mulheres em termos de fertilidade e isto é particularmente reinventado na vida real através de muitos arquétipos femininos. É comum ouvir termos como a Virgem, Vênus e a Mãe Terra e estes estão ligados às funções femininas, como mães na sociedade. Afinal, Maria era uma virgem quando ela deu à luz a Jesus. Esses mitos sobre a mulher existem desde os tempos primordiais e reafirmam que maternidade é uma parte essencial de ser mulher, sem a qual a mulher é vazia. Não é mais segredo que a mulher nigeriana se considera uma mulher de verdade somente quando se mostra fértil e a “auréola da maternidade” brilha sobre ela. Isso vale para a maioria das mulheres na África onde o índice de maternidade é usado para definir mulheres “reais” (AKUJOBI, 2011, p. 4-5, tradução minha).

Como posto acima, a mãe é relacionada à Mãe Terra, que é geradora e reprodutora, e à nação, simbolizada pela Mãe África, sendo que “o amor da mãe e o amor a nação são praticamente um só” (AKUJOBI, p. 2). A mulher nigeriana só é vista como completa quando pode exercer sua maternidade. Sem isso, ela é considerada uma pária da sociedade, uma mulher fracassada.

Diferente do Ocidente, a maternidade na África tem uma visão mais utilitária, em que os pais cuidam de seus filhos e estes, quando crescem, tem a função de cuidar de seus

progenitores e prover quando estão velhos. Quando morrem, é dever dos filhos, principalmente os homens, lhes prestar homenagens, lhes dando um enterro digno a fim de exaltar os pais e mostrar-lhe que são bons filhos. Sendo assim, além de ser sagrada, a maternidade tem a função de transmitir a linhagem do pai, sendo essencial que a mulher a exerça, como ressalta Akujobi (2011):

Desta forma, Ngcobo acredita que geralmente, os africanos acreditam que a maternidade se resume às crianças quando diz: toda mulher é encorajada a casar e ter filhos de modo a expressar sua feminilidade ao máximo. As bases do matrimônio africano implicam na transferência da fertilidade da mulher à família do marido. "Maternidade é tão essencial em muitas sociedades tradicionais na África que não há pior infortúnio para uma mulher do que ser estéril. Uma mulher seca é vista como incompetente, ela é o que Mbiti chama de "o beco da vida humana, não apenas no nível genealógico, mas para si mesma"(144). (AKUJOBI, 2011, p. 3, tradução minha).

Diante disso, percebemos que a figura da mãe na África é abençoada e mitificada, e que esta condição lhe confere um status superior na sociedade, sendo muito respeitada. Segundo Umeh (1982), há dois tipos de mães na África: a que representa um símbolo supremo e a que é descrita como sofredora e vítima abnegada. Esta última é a que caracteriza a personagem do romance *As alegrias da maternidade* (2017).

De mulher fracassada à mãe canonizada: a construção da maternidade no romance

Como vimos anteriormente, a figura da mãe na África é sagrada e algo intrínseco à mulher. Ela sempre foi explorada por escritores nigerianos, a exemplo de Chinua Achebe, na obra *O mundo se despedaça* (1958), e Flora Nwapa, em *Efuru* (1966), sendo relacionada como um poder supremo, espiritual. Entretanto, o surgimento de escritoras depois do período colonial passou a abordar essa maternidade de formas diferentes, refletindo sobre a condição da mulher. Flora Nwapa foi a precursora da literatura nigeriana de escrita feminina, com seu livro *Efuru* (1966), influenciando uma geração de outras escritoras, dentre elas a própria Buchi Emecheta e Chimamanda Adichie.

Em *As alegrias da maternidade* (2017), as mulheres também não fogem do destino que é instituído a mulher, como afirma Beauvoir (2016, p. 279) “É pela maternidade que a mulher realiza integralmente seu destino fisiológico; é a maternidade sua vocação “natural” [...]”. Nnu Ego, protagonista do romance, é, desde jovem, consciente de sua função enquanto mulher, como podemos perceber pela fala de seu pai,

Agbadi: “Você viverá para embalar os filhos de seus filhos [...]” (EMECHETA, 2017, p. 43).

Nnu Ego é a única filha de Nwokocha Agbadi, importante chefe de Ibuza. Ela é fruto do amor de seu pai e Ona, descrita como teimosa e arrogante por todos, pois se recusava a ser uma de suas esposas, atitude considerada subversiva para seu povo. Ao analisarmos Ona, percebemos à priori que ela difere das outras mulheres. Contudo, descobrimos que ela “cresceu para atender às expectativas do pai” (EMECHETA, 2017, p. 19), pois era sua única filha e ele não queria que ela se casasse. Ona dá à luz à Nnu Ego, mas não vive a maternidade, pois morre logo depois.

Antes de morrer, Ona pede à Agbadi que deixe sua filha ter uma vida própria e ter um marido, se ela assim quiser, mas que a permita ser mulher, revelando assim “[...] o paradoxo da tradição e o direito de escolha pela liberdade da mulher africana, pode ser livre, mas o marido deve compor essa existência feminina.” (OLIVEIRA et al., 2020, p. 11).

Atendendo ao pedido de Ona, Nnu Ego é entregue a Amatokwu em casamento e desde o início já é esperado que ela lhe dê filhos: “Oremos para que em menos de dez meses os familiares de nosso genro venham agradecer de novo pelo nascimento de um filho de Nnu Ego” (EMECHETA, 2017, p. 45). Porém, ao ver que o tempo se passava e ela não engravidava, Nnu começa a sofrer com a violência e as humilhações impostas do primeiro marido. Nos deparamos com a culpa feminina por não satisfazer os desejos do homem, quando Nnu Ego diz “Tenho certeza que a culpa é minha. Você faz tudo direito.” (EMECHETA, 2017, p. 46). Da mesma forma, a certeza da superioridade dos homens naquela cultura está presente na fala de seu marido: “Não tenho tempo para desperdiçar minha preciosa semente masculina com uma mulher estéril. Tenho de criar filhos para minha linhagem.” (EMECHETA, 2017, p. 47).

Preterida por uma esposa mais nova, que engravida logo após ter se casado Nnu Ego é posta à margem, voltando para a casa de seu pai, que lhe arranja outro casamento fora de Ibuza, em Lagos, capital da Nigéria na época. Percebemos que a personagem se sente pressionada por fatores culturais que não deixam a ela muitas escolhas, pois ela precisa se casar e ter filhos para se tornar uma mulher de verdade. Mesmo no Ocidente, onde supostamente as mulheres gozam de maior liberdade, Beauvoir (2016) denuncia a posição da mulher frente à sociedade:

A liberdade de escolha da jovem sempre foi muito restrita; e o celibato – salvo em casos excepcionais em que se reveste de caráter sagrado – a rebaixa ao nível do parasita e do pária; o casamento é seu ganha pão e a única justificativa social de sua existência. É a ela imposto a duplo título: ela deve dar filhos à comunidade” (BEAUVOIR, 2009, p. 549).

Em Lagos, Nnu Ego se depara com uma realidade muito diferente daquela com a qual estava familiarizada, passando por várias dificuldades para seguir seu propósito de tornar-se mãe. Apesar de rejeitar seu atual marido, pois este era muito diferente dos homens que ela conhecia em Ibuza, ela consegue engravidar, e ao ter seu primeiro filho. Pela primeira vez, Nnu Ego se sente realizada, pois tem um filho homem e, conseqüentemente, teria uma velhice feliz, na certeza de que deixaria um filho quando morresse que a chamaria de mãe (EMECHETA, 2017, p. 76). Os sentimentos de Nnu e a sensação de realização com o nascimento do filho corroboram a perspectiva da maternidade africana, que só reconhece a mulher como tal quando esta gera um filho. A partir do filho, ela se sente plena e consegue aceitar seu marido, pois ele fez dela uma mulher completa.

Contudo, sua alegria não dura muito tempo, pois seu filho morre pouco tempo depois, levando Nnu Ego ao quase suicídio e loucura, pois o sentido de sua existência como mulher consistia em ser mãe, logo, sem seu filho ela perde sua identidade, considerando-se uma mulher fracassada “Eu não sou mais uma mulher! Não sou mais uma mãe!” (EMECHETA, 2011, p. 88), sentimento que é corroborado pelos outros “E todos concordaram que a mulher que não dá um filho ao marido é uma mulher fracassada” (Ibid.). Em relação à questão da maternidade e identidade, Akujobi (2011) ressalta que “[...] as sociedades patriarcais apresentam como a função central de uma mulher de ser sua função reprodutiva e, assim, a maternidade e a maternagem se entrelaçam com questões de identidade de uma mulher” (AKUJOBI, 2011, p. 3).

Passado esse primeiro trauma trazido pela maternidade frustrada, da maternidade, Nnu Ego consegue gestar mais sete vezes, tendo filhos e filhas fortes e saudáveis. Entretanto, ela enfrenta novos desafios para cria-los, uma vez que precisa se manter com o pouco salário do marido, equilibrando-se entre comer, pagar o aluguel e proporcionar uma educação aos filhos homens. Ao decorrer da narrativa, a personagem nos revela uma série de opressões a qual precisa se submeter a fim de ser uma “boa mãe”. Quando seu filho primogênito, Oshia, nasce, muito provavelmente em decorrência da culpa que ela carrega, se vê obrigada a ficar em casa, pois tem medo de que eu filho morra, assim como o

primeiro. Sendo assim, ela fica restrita ao espaço da casa, dependendo de Nnaife. Nnu Ego é levada a se conformar com sua pobreza:

Nnu Ego se deu conta de que parte do orgulho da maternidade era ter um aspecto um pouco fora de moda e poder declarar, alegremente: “Não posso comprar uma roupa nova porque estou amamentando meu filho, por isso, entendam, não posso ir a lugar nenhum vender coisa alguma”. A resposta costumeira era: “Não se preocupe, ele não demora a crescer; vai comprar suas roupas e cuidar da lavoura para você. Assim, sua velhice será doce” (EMECHETA, 2017, p. 115).

Estando no campo do privado, Nnu Ego fica suscetível a várias formas de violência, desde a subjugação, pois precisa fazer o que seu marido manda, até as ameaças dele, que entende ter o direito de bater na esposa, pois ela é sua propriedade. Essas representações das opressões sofridas pelas mulheres do romance perpassam toda a narrativa, colocando os personagens masculinos do romance sempre em posição de poder, mesmo sendo as mulheres as forças motrizes da estória. Quanto a essas relações de poder, Márcia Tiburi (2018) afirma:

A equação política continua evidente: de um lado estão as mulheres e a violência doméstica, de outro, estão os homens e o poder público. Essa equação mostra o nexos mais profundo entre seus fatores no momento em que observamos a oposição que estrutura essa relação: enquanto a violência é “sofrida” por mulheres, o poder é “exercido” pelos homens. (TIBURI, 2018, p. 107).

Nnu Ego a responsável pelo sustento da casa durante várias vezes na narrativa, pois Nnaife perde seu emprego e, dificultando mais a vida deles, é alistado ao exército, ficando um bom período longe de casa. Durante esse tempo, Nnu Ego lutou muito para sustentar os filhos com a venda de cigarros e lenha e com o dinheiro mandado por Nnaife de tempos em tempos, levando uma vida miserável, como mendiga, chegando a quase morrer de fome como podemos confirmar em sua fala: “Quer dizer que a fome é que estava levando meu filho!” (EMECHETA, 2017, p. 148) e “Quando a lâmina aguda da pobreza perdeu o gume, Oshia recuperou o vigor num instante e em pouco tempo ficou incomparável ao saco de ossos que [...] as pessoas haviam quase dado por morto” (EMECHETA, 2017, p. 149).

Além de todos esses problemas, Nnu Ego precisa lidar ainda com a esposa mais nova de Nnaife, uma vez que a poligamia era comum para os homens de seu povo. Adaku, esposa mais nova, é uma voz feminina importante dentro do romance, pois se contrapõe à Nnu Ego, por ser destemida e subversiva. Ela tem duas filhas, o que a coloca em posição

de subalternidade à Nnu Ego e na sociedade, pois não é respeitada. Entretanto, cansada de ser humilhada, Adaku sai de casa para garantir um futuro mais digno para as filhas:

Quanto às minhas filhas, elas vão ter que tomar suas próprias decisões neste mundo. Não estou disposta a ficar aqui e deixar que me enlouqueçam só porque não tenho filhos homens. Do jeito que todos insistem com isso, até parece que não sei onde os filhos são feitos e que fui negligente por não proporcionar nenhum ao meu marido. [...] Bem, se as minhas filhas não puderem me perdoar quando crescerem, vai ser uma pena. De todo modo, quando eu morrer vou ser jogada fora, enquanto pessoas como você, esposa mais velha, criaram raízes, como dizem; você será enterrada adequadamente no alojamento de Nnaife. (EMECHETA, 2017, p. 234).

Adaku sai de casa para ser prostituta, contrariando totalmente sua tradição e costumes de sua terra. Como já trabalhava no mercado, possuía capital para educar as filhas, outro fator raro na época, pois os estudos das mulheres não era prioridade. Nnu Ego fica horrorizada com a decisão, pois ainda era apegada à sua tradição e, mesmo em toda sua pobreza, não via meios de sair de sua condição de mãe honrada e “[...] feliz com a sabedoria que lhe conferia sua maternidade” (EMECHETA, 2017, p. 234).

Outra personagem, Iyawo Itsekiri, amiga de Nnu Ego, não possuía filhos e por isso era espancada regularmente pelo marido, como ressalta a obra:

[...] a prudência aconselhava que todo aquele que não tivesse “dois filhos”, ou que só tivesse filhas, ou que não tivesse filho nenhum, como Iyawo Itsekiri, não abrisse a boca. Diminuída pelas surras constantes que recebia do marido, ela se tornara apática e estava sempre cautelosa e duplamente atenta” (EMECHETA, 2017, p. 148).

Essa passagem demonstra o quanto uma mulher com filhos era valorizada na sociedade africana e uma mulher sem filhos era marginalizada. Por terem somente filhas mulheres ou não terem filhos, Adaku e Itsekiri são rejeitadas, corroborando o pensamento de Akujobi (2011):

Já não é segredo que a mulher nigeriana se considera uma mulher de verdade apenas quando se revelou fértil e a "auréola da maternidade" brilha sobre ela. Isso é verdade para a maioria das mulheres na África, onde o indicador de maternidade é usado para definir mulheres "reais" ou mulheres responsáveis. Isso ocorre no sentido de que a maternidade é um pré-requisito para aceitação social, muitos casos de não-mães mulheres vivenciam sentimentos de rejeição e baixa autoestima (AKUJOBI, 2011, p. 4, tradução minha).

Mesmo não compartilhando do sentimento dessas mulheres, pois tinha muitos filhos, percebemos que Nnu Ego fica cada dia mais cansada e desiludida em relação à

maternidade. Trabalhando duro para ajudar no sustento da casa e dar uma boa educação aos seus filhos, Osia e Adim, ela começa a perceber que, apesar dos seus esforços, nada que faz é suficiente, sendo culpabilizada pelos filhos e por todos quando algo dava errado. Ela passou a refletir que sua maternidade era uma espécie de escravidão: “Seu amor pelos filhos e seu sentimento de dever para com eles eram como as correntes que a mantinham em sua escravidão” (EMECHETA, 2017, p. 256).

Ao longo da narrativa, percebemos que esse sentimento de desencanto e frustração em relação à maternidade é resultado de sua própria vivência como mãe, mas também é fruto do choque de culturas, causado pela colonização, a qual Nnu Ego se depara ao se mudar para Lagos. Fora levada a acreditar que a maternidade lhe conferiria somente alegrias e que ela definiria seu papel de mulher completa na vida. Contudo, não é isso que acontece, uma vez que a vida que leva é marcada por mais dificuldades do que momentos de felicidade.

Em 1914 a África foi dividida por colônias e “submetida à dominação de potências europeias” (SILVERIO, 2013, p. 338). A Nigéria ficou sob o domínio do Reino Unido, sendo profundamente modificada pela colonização, que exerceu influência na cultura, na religião, idioma e na educação. Segundo Silvério (2013):

Essa estrutura de relações sociais apoiava-se em uma teoria racial que procurava dividir as diversas ramificações da família humana por ordem hierárquica de civilização, ocupando os africanos (negros) a base inferior da escala e os europeus (brancos) o ápice. (SILVÉRIO, 2013, p. 404).

Quando chegou a Lagos, foi esse o cenário com o qual Nnu Ego se deparou: negros ocupando serviços de subalternidade, servindo aos britânicos, uma religião (Cristianismo) que não era a sua instaurada, uma economia e um comércio diferentes do que ela estava acostumada. Tudo isso causou um estranhamento à personagem e contribuiu para seu sentimento de desolação e também para ressaltar mais a sua subalternidade enquanto mulher, mãe e negra. Segundo Bhabha (1998):

O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses "entre-lugares" fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação - singular ou coletiva - que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade (BHABHA, 1998, p. 20).

É nesse “entre-lugares” que Nnu Ego começa a viver, a partir do momento que chega a Lagos, uma vez que precisa se equilibrar entre sua tradição e os novos costumes de uma cidade grande e colonizada, a fim de negociar uma nova identidade e subjetividade. O “entre-lugares” cunhado por Bhabha (1998) diz respeito a esses lugares de fronteiras, de margens, onde práticas, identidades, culturas e diferentes realidades se constroem, sendo que “Os embates de fronteira acerca da diferença cultural têm tanta possibilidade de serem consensuais quanto conflituosos [...]” (BHABHA, 1998, p. 21).

Nnu Ego precisou lidar com várias diferenças na capital, começando pelo seu marido, que era diferente dos homens de Ibuza, trabalhadores de lavoura, altos e fortes. Nnaife trabalhava como lavador de roupas para os brancos, profissão que a envergonhava. Ela também teve que lidar com o Cristianismo, pois tinha que frequentar a missa aos domingos, exigência dos chefes de Nnaife. Quando ela engravida, ele lhe diz que eles precisam se casar na igreja: “O que as pessoas vão dizer na igreja? Não nos casamos lá. Se eu não me casar com você na igreja, retiram nossos nomes do registro de lá, e a madame, minha patroa, não vai gostar. Posso até perder o emprego” (EMECHETA, 2017, p. 71). A subalternidade dele fica evidenciada ao tratar a patroa por “madame”, enquanto destrata a sua mulher. Também a dependência econômica se evidencia pelo receio em perder o trabalho. A imposição religiosa e cultural se deu, portanto, por motivos alheios as crenças de ambos.

Ao longo da narrativa são expostas várias situações em que há o embate entre a cultura de Nnu Ego e a de Lagos colonizada, desde o modo como os homens agem até o fato dela não poder trabalhar fora em determinado momento, como as mulheres faziam em Ibuza, ajudando na agricultura e na subsistência. Por não saber ler, ela também encontra dificuldades, pois depende das pessoas para realizar essa tarefa por ela e não tem um emprego formal, tendo que vender cigarros contrabandeados e lenha. Nnu Ego se encontra frequentemente sozinha e sem amigos, pois diferentemente de seu vilarejo, onde todos viviam unidos e ela encontrava suporte, em Lagos não tem seus familiares por perto. A vida em comunidade, tão cara aos africanos, é desconstruída pelo colonizador. Membros dos grupos étnicos, que se ajudavam nas horas difíceis, agora vivem na dependência do branco.

De igual modo, essas mudanças culturais se refletem também na maternidade, uma vez que na tradição de seu povo, os filhos são criados para ajudar e sustentar os pais quando estes ficam mais velhos. Em Lagos, os filhos de Nnu Ego, principalmente Oshia,

o mais velho, dedica-se aos estudos. Como filho de uma nação colonizada, ele deseja progredir nos estudos, a fim de não ter uma vida igual à dos pais. Produto de uma sociedade que valoriza e é subalterna ao branco e à cultura europeia, Oshia vai para os Estados Unidos, buscando distanciar-se de suas raízes. Lá, casa-se com uma mulher branca.

Nnu Ego faz tudo para que o filho possa estudar, mas ainda assim é responsabilizada por tudo que dá errado: “É tudo tão desesperador que Nnu Ego simplesmente desmontou e se entregou à autopiedade. Até Oshia, seu filho, a culpava.” (EMECHETA, 2017, p. 256). A partir deste momento da narrativa, Nnu Ego passa a refletir sobre sua condição de mãe e mulher:

“Deus, quando você irá criar uma mulher que se sinta satisfeita com sua própria pessoa, um ser humano pleno, não o apêndice de alguém?” [...] “Afinal, nasci sozinha e sozinha hei de morrer. O que ganhei com isso tudo? Sim, tenho muito filhos, mas como vou alimentá-los? Com minha vida. Tenho que trabalhar até o osso para tomar conta deles, tenho que dar-lhes meu tudo. E se eu tiver a sorte de morrer em paz, tenho que dar-lhes minha alma. Eles adorarão meu espírito morto para que zele por eles: ele será considerado um bom espírito enquanto eles tiverem fartura de inhame e de filhos na família, mas, se por acaso alguma coisa der errado [...] meu espírito morto será culpado. Quando ficarei livre?” (EMECHETA, 2017, p. 257).

Percebe-se que a personagem teme permanecer subalterna e responsável para o além morte, para a vida espiritual (algo importante para os Africanos tradicionais). A mulher passa a ser a total responsável pelos erros e enganos da família, enquanto os homens não só não se responsabilizam por seus equívocos, como ainda culpam as mulheres por tudo.

Como disposto no fragmento acima, a personagem expõe sua frustração por perceber que dedicara todo a sua vida aos filhos, mas irá morrer sozinha e até à morte será culpada se algo der errado. Para Marie Umeh (1982), *As alegrias da maternidade* representa a mulher igbo escravizada aos papéis dela esperados pela sociedade, pois esta as condiciona a serem submissas de seus maridos e filhos homens. Nnu Ego ainda ressalta que os homens a fazem acreditar que precisam desejar filhos ou morrer, por isso que ela desejou a morte quando perdeu seu primeiro filho “[...] porque não fora capaz de corresponder ao modelo esperado de mim pelos homens de minha vida, meu pai e meu marido, e agora tenho que incluir também meus filhos.” (EMECHETA, 2017, p. 257).

Ao final da narrativa, praticamente todos os seus filhos o abandonam. Oshia vai estudar nos Estados Unidos, contrariando a tradição de cuidar dos pais, seguido de seu

irmão Adim, que também manifesta o desejo de estudar. Suas filhas se casam e ela é renegada pelo marido, que a culpabiliza por tudo que aconteceu aos filhos. Sem saída, Nnu Ego retorna para Ibuza, a fim de ter um resto de vida mais tranquila. Assim, ela reflete:

Nnu Ego se permitira perguntar-se no que, afinal, havia errado. Fora criada para acreditar que os filhos fazem uma mulher. Tivera filhos, nove ao todo e, por sorte, sete deles estavam vivos [...]. Mesmo assim, como poderia saber que quando seus filhos crescessem os valores de seu país, de seu povo e de sua tribo teriam mudado tão drasticamente, a ponto de uma mulher com muitos filhos talvez ter de enfrentar uma velhice solitária, quem sabe uma morte miserável na mais total solidão, exatamente como uma mulher estéril? (EMECHETA, 2017, p. 301).

Como exposto acima, Nnu Ego percebe que a maternidade não lhe logrou as alegrias que ela esperava, uma vez que o contexto cultural de seu país havia mudado, assim como as tradições de seu povo, fazendo com que seus filhos trilhassem seus próprios caminhos, deixando-a entregue à própria sorte. Portanto, vemos um conflito da tradição *versus* modernidade, em que Nnu Ego não consegue “[...] ler o novo mundo que se lhe apresenta; presa nesse entrelugar, nesse meio do caminho entre o passado idealizado e um futuro (ainda) incerto, ela não consegue tecer para si um sentido de existência [...]” (FARIAS; PINHEIRO, 2021, p. 410).

Abandonada pelos filhos, Nnu Ego morre “sem nenhum filho para segurar sua mão e nenhum amigo para conversar com ela” (EMECHETA, 2017, p. 308). Seus últimos pensamentos refletem que nunca tivera tempo para cultivar amigos, pois vivia em função dos filhos, “[...] acumulando as alegrias de ser mãe.” (Ibid.). Já morta, Nnu Ego se compromete a aumentar a consciência da mulher africana (UMEH, 1982), pois as mulheres oravam a ela para que lhe dessem filhos, mas ela não atendia aos seus pedidos:

[...] as pessoas não entendiam por que Nnu Ego não atendia às preces que lhe dirigiam, pois o que mais uma mulher poderia desejar, além de ter filhos que lhe dessem um sepultamento decente? Nnu Ego recebera tudo isso, e nem assim atendia às preces dos que lhe pediam filhos. (EMECHETA, 2017, p. 308).

Após a morte de Nnu, as mulheres da tribo passaram a oferecer a ela preces e a lhe pedir filhos. No início do romance, é dito que Nnu possuía a sua chi particular. Como ela havia tido muitos filhos, as mulheres recorriam à ela por acreditar que seu espírito poderia atender aos seus anseios de se tornarem mães. .

No final de sua vida, no entanto, Nnu Ego finalmente percebe que concentrou todos os seus esforços em ter filhos e ser uma boa mãe, certa de que isso lhe traria felicidade. Contudo, sua vivência mostrou o contrário, uma vez que os esforços e sacrifícios que fez durante toda a vida, aliado à mudança culturais em seu país, levaram seus filhos para longe, gerando um desencanto e frustração em relação à maternidade.

Considerações finais

O presente artigo refletiu sobre a maternidade e sua imposição às mulheres no contexto Ocidental, durante o século XVIII, delineada como um ideal e revestida de propósito, criando assim, a ideia de instinto materno. Na África vimos que essa maternidade habita o campo do sagrado, sendo doado por Deus, aliado a mitologias antigas e às tradições, conferindo, teoricamente, à mulher africana completude e respeito na sociedade quando tem filhos, e principalmente filhos homens. Na representação da autora, no entanto, observamos a falácia dessa crença, bem como as agruras trazidas pela maternidade e pela ocidentalização das relações comunitárias e familiares oriundas do processo colonial.

Dito isso, buscamos analisar como essa maternidade é representada e construída ao longo do romance *As alegrias da maternidade* (2017), através da personagem central, Nnu Ego. No decorrer da narrativa, percebemos a busca por essa maternidade, a fim de obter reconhecimento de seu povo e da sociedade, mas o saldo final de sua vida não lhe é favorável, pois para gerar e criar seus filhos ela passa por uma série de infortúnios e dissabores que, ao final da narrativa, moldam e transformam sua visão em relação ao que é a maternidade na África.

Ao longo da narrativa, percebe-se uma frustração e um desencanto da personagem, que formam uma visão negativa do ideal de maternidade, especialmente em decorrência da quebra dos padrões tradicionais africanos, onde os filhos cuidavam dos pais e avós. . O processo e domínio colonial, aliado às necessidades da vida nas cidades, acarretou mudanças dos valores e das tradições que resultaram na uma inversão dos papéis de pais e filhos, em que estes são desobrigados a cumprir seus papéis outrora delimitados pela tradição. Sendo assim, Nnu Ego, apesar de sofrer e lutar bastante para dar tudo aos filhos, morre sozinha.

Através do romance, Buchi Emecheta reflete sobre o papel esperado da mulher africana na sociedade igbo e na Nigéria colonial, enquanto, simultaneamente, questiona

o modelo de maternidade esperado das mulheres, visto como único meio de reconhecimento.. Ao construir uma personagem totalmente dedicada e devotada aos filhos, e desencantada com estes ao final, Emecheta ironiza o papel da maternidade e sua valorização real, enquanto nos leva a refletir sobre o mito do instinto materno e da obrigação dos filhos em relação aos pais.

Referências

AKUJOBI, R. *Motherhood in African Literature and Culture*. Comparative Literature and Culture. West Lafayette, v.13, abr., 2011. Disponível em: <https://docs.lib.purdue.edu/clcweb/vol13/iss1/2/>. Acesso em: 13 nov. 2019.

BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

EMECHETA, B. *As alegrias da maternidade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017.

FARIAS, Rodolfo Moraes; PINHEIRO, Vanessa Riambau. *A progenitora obstinada: apontamentos sobre a representação da maternidade igbo na prosa de Buchi Emecheta e Chimamanda Ngozi Adichie*. Ilha Desterro, vol.74, n.1, Florianópolis, jan./apr, 2021, p. 405-418. Acesso em 22 de mar. 2021.

OLIVEIRA, V. A. et al. *A literatura africana contemporânea e a construção de personagens femininas nas narrativas*. Revista Athena, vol. 19, n. 2, 2020, p. 1-32. Acesso em 22 de mar. 2021.

SILVÉRIO, V. R. (org). *Síntese da coleção História Geral da África: século XVI ao século XX*. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

TIBURI, Marcia. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. 8 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

UMEH, Marie A. *The joys of motherhood: myth or reality*. Colby Library Quartely, v. 18, n. 1, March 1982, p. 39-46.